



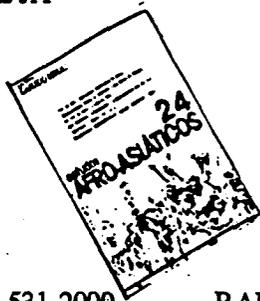
CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

19 A 25.9.1994

### NESTA EDIÇÃO

- O leitor vai encontrar o noticiário sobre **MOÇAMBIQUE** nas páginas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.
- **ANGOLA** tem suas notícias nas páginas 2, 10 e 11.
- A **ÁFRICA DO SUL** está nas páginas 3, 12, 13 e 14.

ASSINE JÁ



LIGUE 531-2000

RAMAL 259

### AOS LEITORES

Notícias Africanas está com suas páginas abertas à colaboração dos leitores.

O texto enviado será submetido à avaliação da equipe de edição e, se aprovado, será publicado de acordo com as normas editoriais (revisão gramatical, titulação, subtítulo etc.).

O texto deve ter no máximo 80 linhas e ser datilografado em espaço dois, com 72 caracteres por linha, e enviado para:

Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Coordenação de África  
Rua da Assembléia, 10/501  
20119-900 – Rio de Janeiro – RJ

ANGOLA

## O legado do mestre Liceu

Morreu Liceu Vieira Dias, que nas décadas de 40 a 50 liderou o N'Gola Ritmos e pôs música no nacionalismo angolano. Foi numa clínica em Lisboa, em 29 de agosto passado, aos 75 anos, mas o enterro foi mesmo no velho cemitério do Alto das Cruzes, em Luanda. Na hora da despedida, a velha guarda puxou o *hino* "Muxima, ôhoh Muxima".

De tradicional família luandense, Carlos Aniceto Vieira Dias nasceu em Bannana, na foz do Zaire, no antigo Congo Belga. Na juventude, defendeu no futebol e no atletismo as "cores gloriosas" do Clube Atlético de Luanda, onde também atuara o meu sogro, o saudoso Ramos da Cruz, e tantos outros *patrícios* notáveis dessa geração.

Pertenceu ao tristemente célebre Processo dos 50, que, em 1959, levou para a prisão uma boa parte da nata dos militantes do MPLA de Luanda. Liceu foi então condenado a 14 anos de prisão e desterrado, como muitos outros, para o *campo* do Tarrafal, em Cabo Verde.

Mas o N'Gola Ritmos, obra dele e dos companheiros Amadeu Amorim, Euclides Fontes Pereira, José Maria Santos e Nino Ndongo, já havia dado frutos.

Sobre ele escreveu, em 1989, Joaquim Pinto de Andrade: "No contexto colonial dos anos 40 e 50, o aparecimento do N'Gola Ritmos significou uma verdadeira subversão cultural dos valores lingüísticos e dos padrões artísticos e estéticos considerados como os únicos válidos pela potência dominadora e operou na consciência dos angolanos, sobretudo dos organizados, um despertar para a reivindicação da sua identidade como pessoas e como povo e do seu direito à

diferença. Foi um verdadeiro reencontro com as raízes, um renascimento cultural (...) Em todos estes aspectos, o N'Gola Ritmos foi precursor e exemplo de dignidade e abertura, que importa seguir e aprofundar."

Apesar disso tudo, Liceu Vieira Dias foi esquecido, quase marginalizado. Seu apoio ao manifesto da Revolta Ativa, em 1974, deve tê-lo marcado politicamente, mas não atingiu a sua dignidade, a sua convicção. O casamento com uma branca, a Tia Natércia, já o habituara a ser tolerante com os dogmáticos e exaltados.

O cineasta Antonio Ole dirigiu um filme, em 1978, sobre Liceu e seu conjunto, com a colaboração de Luandino Vieira. *O ritmo do N'Gola Ritmos* foi visto com maus olhos pelas autoridades do MPLA e ficou quase esquecido. No entanto, todos nós, mesmo os mais novos, temos pelo menos uma recordação do nosso Mais Velho Liceu e do seu conjunto. Até eu, brasileiro desgarrado em Portugal, "assimilado" no antigamente pelos angolanos da *geração da Utopia* e, depois, pelos filhos e netos. A mais antiga recordação que tenho foi a de ouvir uma fita clandestina que o Adriano Paiva trouxe para a Casa dos Estudantes do Império do Ponto, por ocasião de uma farra, acho que no final de 1959.

A história de Liceu e do N'Gola é para contar aos miúdos, como os meus netos Samory e Maiara. Ela começa assim: "Era uma vez, uma revolução..." Quem sabe, eles não queiram continuar essa história, mas dessa vez à maneira deles? Mas qualquer que seja o jeito, certamente eles irão cantar *Muxima, Palamié, Mbirin-Mbirin, Colonial...*

José Maria Nunes Pereira  
(Pesquisador do CEEA)

# LEI DE DIAMANTES PASSA NO PARLAMENTO ANGOLANO

INFORMÁFRICA, agosto/94

Os diamantes são actualmente a segunda fonte de receitas do Estado angolano, depois do petróleo. O comércio de diamantes havia sido liberalizado em Angola, em 1991. A partir dessa altura, a corrida aos diamantes angolanos por terras lundas tem sido tão grande, que envolve milhares de angolanos e estrangeiros, que vêm saqueando indiscriminadamente inclusive as reservas da companhia estatal, Endiama.

No entender do governo, é chegada a altura de alterar esse estado de coisas; foi recentemente apresentado ao Parlamento um projecto de lei de diamantes. Diz-se em Luanda que o projecto foi elaborado sem o concurso dos técnicos e responsáveis do Ministério de Geologia e Minas, mas não nos foi possível confirmar ou desmentir essa afirmação. O que é certo

é que o ministro não se demitiu.

O projecto de lei, agora aprovado, visa acabar com a exploração e o comércio de diamantes por parte de quem não esteja autorizado a fazê-lo. Por outras palavras, acaba assim a liberalização que durou três anos e provocou (segundo relatório do Conselho de Ministros), a delapidação de jazigos e a perda de cerca de quatrocentos milhões de dólares por ano.

## Anália acusa

No Parlamento, de maioria MPLA, a discussão esteve acesa e a oposição não mediu as palavras. A deputada Anália Pereira, presidente do PLD, chegou a dizer que há dirigentes angolanos envolvidos no saque indiscriminado de diamantes, não tendo citado nomes. Mas o que é certo

é que, sabendo-se que o Estado perdeu tanto dinheiro, em contrapartida mantém-se por tanto tempo intocável a direcção da Endiama.

## Roberto de Almeida

Por que razão se liberalizou o comércio de diamantes exactamente em 1991? Por que razão eram nessa altura válidos os argumentos a favor dessa medida? E por que razão se opta agora por uma medida contrária, a não ser porque quem tinha que enriquecer já enriqueceu?

Pelo que a televisão estatal deu a entender, quem mais «defendeu» o projecto e a direcção da empresa estatal de diamantes foi o deputado saído do Bureau Político do MPLA Roberto de Almeida, tido em alguns círculos como conservador e noutros como liberal.

O que mais admirou os intelectuais luandenses foi ver um professor universitário da Faculdade de Direito fazer de assessor da equipa governamental presente no Parlamento, dizer que «não há como condenar uma pessoa, apenas por deixar roubar».

## Restrições à entrada

Mas o Governo não sugeriu apenas o final da liberalização da exploração e do comércio de diamantes. Sob proposta do Executivo, o Parlamento aprovou uma outra resolução que estabelece medidas de controlo de entrada de cidadãos nas províncias diamantíferas da Lunda-Norte e Lunda-Sul. Só entra quem demonstrar ter nascido nessa região ou quem seja portador de competente autorização. Entrar na Lunda para visitar ami-

gos, já era.

## Mais falsificações

Pretende-se assim acabar com o «mito da Lunda», ou seja, com o comércio de bens de todo o tipo nessa região, fonte de sobrevivência para muitas famílias e de enriquecimento para algumas outras.

A medida provocará certamente um incremento na falsificação de bilhetes de identidade, facto já comum em terras angolanas.

Vai também provocar esquemas para obtenção da aludida autorização de entrada e permanência de cidadãos nessas localidades.

Como tudo indica, vai apenas reduzir o leque de beneficiários dos «prazeres» das Lundas.

D.F.  
em Luanda

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

INFORMÁFRICA, agosto/94

**ANGOLA - Bens alimentares - A Okfil - Organizações Kinganga e Filhos (R. do Ultramar, 24, Caixa Postal 163, Uíge, Tel: 21435) pretende importar bens alimentares, domésticos e industriais.**

**MOÇAMBIQUE - Reabilitação agrária - O Centro de Formação Agrária, organismo do Ministério da Agricultura (Av. das FPLM, Maputo) deu a conhecer que vai lançar um concurso público referente à execução de uma empreitada para reabilitação do Centro de Formação Agrária de Lichinga, na província do Niassa, a norte do país. O projecto é financiado pela DANIDA (Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Económico).**

**\*Alienações de empresas industriais - Decorre em Maputo a privatização de 5 empresas moçambicanas: Metafrica, Lda; União Ferrageira, Lda; Helição de Moçambique, SARL; Metalúrgica Industrial (MIL); e Sotecn - Sociedade Tecnológica Industrial, Lda.**

O processo está a ser supervisionado pela Comissão

Nacional de Avaliação e Alienação (Av. 25 de Setembro, 1179, 3º andar, Maputo).

**\*Agente de navegação marítima - A Imperial - Agentes de Navegação (Av. Josina Machel, 901, CP 4395 em Maputo, Tel: 20231, Fax: 421205,) procura um agente de navegação marítima em Portugal.**

**\*Privatização de pesticidas - A Comissão Nacional de Avaliação e Alienação (Av. 25 de Setembro, 1179, 3º andar, em Maputo) vai alienar, a 100%, a Empresa Moçambicana de Pesticidas, sita na Machava, nos arredores da capital moçambicana. Esta sociedade tem como objecto social a produção e comercialização de pesticidas e outros produtos químicos para agricultura e pecuária.**

**ÁFRICA DO SUL - Aço inoxidável - A Seaboard International Trading (a/c Mr. J.D. Abbott, POBox 4223, Cape Town, TeleFax: 021-4190870) pretende contactar fabricantes de aço inoxidável.**

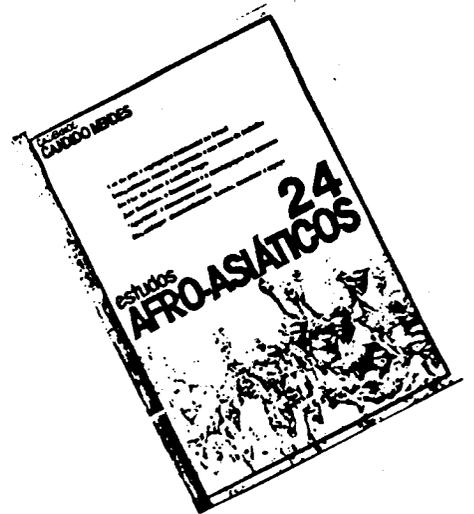
**CABO VERDE - Equipamentos informáticos - A**

**Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (Direcção de Aprovisionamento, C.P. 220, Praia) lançou um concurso para aquisição de equipamentos informáticos e software.**

**\*Educação, agricultura e transportes - Com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD), vai ser apresentado ao Conselho desta instituição bancária internacional, em finais de Agosto, alguns projectos a serem desenvolvidos em Cabo Verde: um primeiro projecto diz respeito à expansão da rede escolar, particularmente do ensino secundário, reforço da formação de formadores e construção de estabelecimentos de ensino. Este programa está a cargo do Ministério da Educação (C.P. 111, Praia).**

O Min. da Agricultura e Pescas (Telex 6072) tem sob a sua responsabilidade um outro projecto, com o financiamento do BAD/FAD: um programa de conservação do ambiente e valorização de recursos hídricos.

ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ



LIGUE 531-2000 RAMAL 259  
LIGUE 531-2000 RAMAL 259  
LIGUE 531-2000 RAMAL 259  
LIGUE 531-2000 RAMAL 259  
LIGUE 531-2000 RAMAL 259

# Buthelezi desafia rei zulu

PÚBLICO, 22.9.94

Margarida Santos Lopes

Depois de vários anos de rivalidades, os dois principais líderes zulus, o rei Goodwill e o seu tio Buthelezi, cortaram relações. Temem-se actos de violência no próximo fim-de-semana, quando o líder do partido Inkatha decidir pôr à prova a sua popularidade dentro do maior grupo étnico da África do Sul.

**P**olíticos zulus do Partido da Liberdade-Inkatha anunciaram ontem que vão desobedecer ao rei Goodwill Zwelithini e celebrar, contra a sua vontade, no próximo sábado, o Dia de Shaka, em honra do lendário fundador da tribo, numa decisão que pode gerar violência dentro do maior grupo étnico da África do Sul (oito milhões de pessoas).

Na terça-feira, Goodwill demitiu o líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, do cargo de primeiro-ministro da casa real

zulu, cortou todas as relações com ele e cancelou as celebrações do fim-de-semana, queixando-se de estar a ser ameaçado por partidários do seu tio, que é também membro do Governo sul-africano.

A prova de força entre os dois principais líderes zulus pode conduzir, segundo analistas, a uma mudança no Parlamento da província do Kwazulu-Natal, actualmente dominado pelo Inkatha, e modificar mesmo o futuro político de toda a África do Sul. É que a demissão forçada de Buthelezi como conselheiro principal do rei pode afectar a sua posição como ministro de Nelson Mandela.

O afastamento de Buthelezi priva o chefe do Inkatha da sua mais poderosa arma política, salientou o "Financial Times" (FT), que é a capacidade de falar em nome da nação zulu. Calcula-se que entre 15 e 30 por cento dos votos obtidos pelo Inkatha nas últimas eleições, em Abril, foram o resultado directo do apoio do rei ao partido do tio.

E, embora a gigantesca máquina do Inkatha ainda seja capaz de mobilizar muitos partidários, o FT crê que, depois da ruptura entre tio e sobrinho, muitos zulus leais ao rei poderão trocar Buthelezi pelo Congresso Nacional Africano (ANC), de Mandela, nas municipais de 1995, retirando ao Partido da Liberdade a maioria de 51 por cento que conseguiu no Kwazulu-Natal, nas primei-

ras eleições abertas aos negros na África do Sul.

Curiosamente, Goodwill repudiou Buthelezi depois de ter recebido, na segunda-feira, pela primeira vez, a visita do Presidente Mandela na sua "kraal" (aldeia), em Nongoma, no Natal. O helicóptero do líder do ANC foi apedrejado por manifestantes do Inkatha e a própria residência do rei foi atacada, contaram os seus conselheiros, obrigando o soberano a procurar refúgio numa quinta nos arredores.

Foi com o pretexto de que a sua vida estava ameaçada que o sobrinho de Buthelezi cancelou as festividades em honra de Shaka, o "Napoleão Negro", que fundou pelas armas um império zulu no século XIX. De imediato, o tio lhe respondeu: "O rei não tem poder directo sobre os súbditos; só tem funções protocolares."

As comemorações vão realizar-se, contra a vontade de Goodwill, assegurou o líder do Inkatha no Kwazulu-Natal, Frank Mdlalose, porque "os preparativos estão muito avançados para que a cerimónia seja anulada". Admitiu, porém, que "pode haver tensão" e que a situação "tem o potencial para se transformar num conflito muito violento".

Um porta-voz da família real advertiu que, "se o governo do Kwazulu-Natal não acatar a ordem do rei, estará a desafiar a instituição [monarquia]".

## O salário do sobrinho

As raízes do conflito entre Goodwill e Buthelezi remontam a 1971, quando o rei ascendeu ao trono. Antes da sua coroação, o príncipe tentou marginalizar o tio na política zulu, mas este usou o seu recém-criado partido Inkatha para se impor à comunidade, obrigando o sobrinho a segui-lo. O orçamento do rei, por exemplo, era controlado por Buthelezi, graças às leis que ele introduziu no Parlamento do Kwazulu. Sempre que o sobrinho tentasse desobedecer-lhe, ele reduzia-lhe as despesas.

No entanto, desde o início do ano que o Inkatha já não exerce autoridade directa sobre o estatuto e o salário do rei. E que, quando quis usar Goodwill contra o ANC, nas últimas eleições, Buthelezi foi longe de mais e exigiu o reconhecimento constitucional do "reino" zulu, chegando a ameaçar com a secessão. Numa resposta genial, o ANC e Mandela não só aceitaram confiar ao monarca zulu a gestão de milhares de hectares de terras na sua província, como lhe prometeram um papel semelhante ao dos reis europeus, quando entrasse em vigor um dispositivo constitucional definitivo. Esta concessão a Goodwill explica a presente reviravolta.

Agora, Buthelezi precisa de mostrar que tem mais apoios do que o rei e fazer tudo para que a festa de sábado seja um êxito. ■

# Campanha eleitoral arranca em Moçambique

PÚBLICO, 22.9.94

*Começa hoje a primeira campanha eleitoral na História de Moçambique. Na caça ao voto, os políticos vão percorrer durante um mês os caminhos do país, cruzando-se com ruínas calcinadas entre o capim, à beira das estradas, na caça ao voto de 6,3 milhões*

*de eleitores. Apesar disso, os autores da guerra partem com largo avanço para as presidenciais e legislativas de 27 de Outubro. Entre a Frelimo e a Renamo, as armas*

*mudaram, mas a luta continua. O desfecho, para já, é imprevisível. No Maputo, a vida continua, aparentemente como se não houvesse campanha.*

**A**s sondagens "para uso interno" da Frelimo, reveladas na sexta-feira pelo diário "Imparcial", atribuem-lhe mais 15 deputados que à Renamo no futuro parlamento de 250 lugares.

Quanto às presidenciais, as sondagens continuam a situar Joaquim Chissano à frente de Afonso Dhlakama, sem, contudo, lhe profetizarem a metade dos votos expressos, que o livraria de uma segunda volta. No entanto, num país analfabeto balbuciando a linguagem democrática, as sondagens são particularmente inconcludentes. Além disso, até ao escrutínio, a 27 de Outubro, muita coisa pode mudar.

A instabilidade política ficou bem demonstrada esta semana, quando o Conselho Nacional da Renamo ameaçou abandonar a corrida eleitoral, caso não fossem resolvidas de imediato certas questões de segurança e financiamento. O conselho exigiu que a Polícia de Intervenção Rápida (PIR) fosse desarmada e que a sua tutela passasse do Ministério do Interior para as Nações Unidas. Exigiu também o pagamen-

to de cinco milhões de dólares do fundo que os doadores prometeram à Renamo, há 11 meses, para a estruturação do partido e a sua campanha eleitoral.

O pânico foi imediato, nos meios políticos e não só. Ao cabo de 23 meses de processo de paz, a Renamo punha a hipótese de se alhear das eleições, que considera conquista da sua luta iniciada há quase 20 anos contra o regime monopartidário de Samora Machel. Afonso Dhlakama teve de se empenhar a sério para conseguir que o Conselho Nacional suspendesse a sua decisão e lhe desse uma última hipótese de negociar.

Nas horas que se seguiram, as Nações Unidas multiplicaram esforços para obter financiamento para o fundo da Renamo. Dando o exemplo, os Estados Unidos

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

# Campanha eleitoral arranca em Moçambique

PÚBLICO, 22.9.94

avancaram logo com um milhão de dólares e a Itália prometeu mais três. A Grã-Bretanha enviou de urgência a Maputo a baronesa Lynda Chalker, ministra da Cooperação, para garantir a Dhlakama que estava empenhada em resolver o problema do fundo sem demora.

## Fala-me a cantar!

Foi somente no domingo, a quatro dias da abertura da campanha que Afonso Dhlakama confirmou a participação da Renamo, na sequência do seu encontro com a senhora Chalker. A questão da Polícia será debatida directamente com o Presidente Chissano, durante um encontro a ter lugar esta semana. Os políticos retomaram os sorrisos da estação, mas ninguém ganhou para o susto.

Incluindo Dhlakama, 12 homens vão afinal concorrer às presidenciais, depois de a Comissão Nacional de Eleições (CNE) ter chumbado a candidatura de Neves Serrano e do seu Partido do Progresso Liberal, por insuficiência de documentação. Serrano, que se diz licenciado em Criminologia por uma universidade estrangeira de que não recorda o nome, celebrou-se por discursar cantando durante uma reunião multipartidária, para contornar um diagnóstico psiquiátrico que o considera irresponsável para falar em público. Quanto

às legislativas, na sequência de atrasos e repescagens, a CNE apurou 14 siglas, incluindo duas coligações.

A proliferação de pequenos partidos traduz muito claramente a sua incapacidade de construir, ao longo destes dois anos, uma alternativa à bipolarização. Megalomania e incipiência, mais do que diferendos programáticos, foram fatais para a oposição "não armada" que, segundo estas últimas sondagens, poderá não eleger nenhum deputado.

Poucos candidatos, aliás, revelaram, ao menos, as linhas mestras dos seus programas de governo e, até agora, o debate político é escasso. Os dirigentes partidários raramente apresentam propostas para o futuro e limitam-se a criticar o passado marxista-leninista da Frelimo. Esta, por sua vez, concentra-se a condenar o passado terrorista da Renamo e as suas orientações futuras não encerram surpresas. "Renovação na continuidade" é o que promete textualmente um dos "slogans" da Frelimo, retomando, talvez inocentemente, palavras de ordem que remontam ao passado colonial.

Estas quezílias da classe política vão por certo agravar-se com a entrada em campanha. O presidente da Comissão Nacional de Eleições, Brazão Mazula, já se declarou preocupado com as previsões de violência. "A estabilidade dependerá do espírito

dos candidatos", advertiu Mazula, que falava, no domingo, em Maputo, durante a inauguração do centro de informação das eleições.

Revelando os resultados do censo eleitoral, o presidente da CNE anunciou que 6,39 milhões de cidadãos foram recenseados durante os três meses do processo, o que representa 81 por cento do número estimado da população eleitoral activa.

## Triste fundo

Em democracia, todos são iguais. Na versão moçambicana, contudo, alguns continuam a ser "mais iguais do que outros", como disse Orwell. Com vista à campanha, as Nações Unidas atribuíram até hoje 50 mil dólares do seu "trust fund" a cada partido da oposição "não armada" e cerca de 15 milhões à Renamo. A sua atribuição, recente, foi precedida de tantos atrasos e protestos que o "trust fund" passou a ser conhecido como "triste fundo".

Quanto à Frelimo, é impossível avaliar a extensão dos seus gastos, dada a imprecisão de fronteiras entre o partido e o Estado, herdada de 15 anos de monopartidarismo. Sabe-se, no entanto, que a sua candidatura conta com fortes apoios nacionais e regionais e uma fonte partidária garantiu que a campanha da Frelimo, desenhada por assessores

brasileiros, vai ser "de arrasar".

Hoje, Chissano dirige em Nampula o primeiro dia de "shows-comícios" da sua campanha, que vai levar às 10 capitais provinciais uma larga caravana de políticos e músicos. Para iniciar o périplo de 3500 quilómetros pelo país, a Frelimo optou por uma província que representa, por si só, quase metade dos votos e que se apresenta como das mais indecisas nas sondagens, namorada como é por muitas forças políticas.

A Renamo preferiu começar a corrida na Zambézia, onde o eleitorado pende claramente para o seu lado. Esta tarde, Dhlakama discursou num comício em Quelimane, cidade que ele considera "segunda capital do país", para o seu partido.

A "oposição não armada" arranja-se como pode com o magro orçamento. O Monamo (Movimento Nacionalista), por exemplo, tem de se contentar com uma festa de comes e bebes na Matola, a populosa cidade-satélite de Maputo, para lançar a "candidatura didáctica" do seu líder, Máximo Dias.

Pobres e ricos estão hoje lado a lado, de olhos postos no palácio da Ponta Vermelha e na Assembleia da República, cientes de que é o voto dos moçambicanos que, pela primeira vez, decide o futuro de Moçambique. ■

José Pinto de Sá,  
em Maputo

Capital moçambicana desinteressada das eleições

# Maputo, a cosmopolita

PÚBLICO, 22.9.94

Do nosso enviado  
Luís Pedro Nunes,  
em Maputo

A política, as eleições, não estão nas conversas que se ouvem. Entre anos de guerra e de carências e a incógnita do futuro próximo, há uma Maputo que vive descontraidamente. Eis um percurso de recém-chegado, pela orgulhosa boémia, pelos jornais, ruas e um quase comício, numa cidade que não tem ainda sinal algum de que as eleições vêm aí.

O programa nocturno é apertado e para ser cumprido. Há que ir à inauguração da exposição de fotografia, jantar decentemente, para rumar ao clube de jazz. A seguir, bom, a seguir é de todo imprevisível. Noite de fim-de-semana, sabe-se como é.

Maputo, melhor, o coração de betão de Maputo, é estupefante. Rasga-se numa simetria implacável de larguíssimas avenidas, paralelas e perpendiculares, arborizadas e quase limpas. Imensas para serem calorreadas sempre a oito, com nomes como Mao Tsé Tung, ou Kim Il Sung ou Vladimir Ilich (Lenine). A horas da abertura da campanha eleitoral não se vê um cartaz, um "slogan", uma parede pintada,

uma bandeira partidária. Deduz-se que tal acontece por obra e graça da falta de fundos. Nenhum frenesim politiqureiro a agita. A cidade, esta bolha da cidade, vive aparentemente apática, desinteressada, ou sem entusiasmo visível a aproximação das eleições, já atrasadas um ano, aliás.

Ainda na ressaca dos anos de guerra e na total incógnita do que acontecerá no dia do anúncio dos resultados, este é o hiato em que todos sabem que nada de obscuro acontecerá. E aqui "todos" são os que não são os "outros": os miseráveis, os mutilados, os deserdados, os desmobilizados, pedintes, crianças de rua, famílias que vivem muito abaixo do limiar do que se supõe que seja o

nível mínimo de sobrevivência, população em geral, etc.

Dá vertigens, descrever a pirâmide social moçambicana. Da base absurdamente larga e pobre ao cume afiado. O "cliché" real do Terceiro Mundo. Os que pelo sofrimento chegam às páginas dos jornais estrangeiros e a elite milionária que vive em "bunkers" apalaçados do bairro de Sommerschild.

## Uma tradição cosmopolita

Tradição com "nuances" no bar do Hotel Polana, onde "empresários" obscuros e ca-

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

# Maputo, a cosmopolita

pacetes azuis com botas espedalhadas lá vão contribuindo para a bordelização do país. Entre os extremos existe, resistente, uma cidade "normal", que se orgulha da sua tradição cosmopolita.

Não faltam restaurantes — "pizzas", "pastas", na associação médica, "aquele lá ao fundo não é o Mia Couto?", ou um churrasco, cujo picante é amenizado pela cerveja sul-africana. As prateleiras e as montras estão cheias de coisas acessórias, modernas e lustrosas, que tornam ridículos os conselhos dados em Portugal do "leva sabão e pasta de dentes". Preços de Lisboa, assim para os 80 mil meticais o jantar, menos de dois mil escudos. Portanto, janta-se razoavelmente bem pelo equivalente a três quartos do ordenado mensal de um operário industrial.

Passeie-se, por exemplo, pela Avenida Eduardo Mondlane durante o dia. Não há nenhuma tensão confrangedora, não há o perigo visível do Rio de Janeiro, ou a crueldade estatística de Washington. A maioria das pessoas, ignora quem passa e apenas à miudagem, com os seus radares de longo alcance, lhe cheira a dólar. Há sim, quem diz bom-dia. Desconcertante.

Se não há brancos a caminhar na rua será essencialmente porque têm carro, para não colocar sequer a hipótese de ter de o fazer. Ao entardecer, lá para as cinco e pouco, as filas de gente estendem-se, enormes, à espera dos chapa 100, camionetas, carrinhas e similares que transportam gente empilhada. (Os chapa 100, agora a 500 meti- >>

>> cais, rareiam cada vez mais, dado o congelamento das tarifas. Aumento equivale a levantamento popular e estamos com as eleições à porta. Os donos dos veículos acham que já não rende. As bichas são cada vez maiores, contam-me.)

A inauguração da exposição de fotografia correu bem. É a mesma gente de sempre, olhando para o exposto de copo na mão, cigarro apontando o tecto, nervosismo, embora ele diga que já está "maningue bem".

O clube de jazz está a abarrotar. Fica nos subúrbios. É o "atelier" do pintor Noel Langa, que lhe dá para isto às sextas. Tira-lhe o recheio e faz do lugar um "caveau". Che-

gar lá parece aventura destinada a desmerecer a vontade dos estrangeiros medrosos. Os subúrbios estão mergulhados na escuridão. A carrinha salta, mergulha de onda para cova, no chão de terra em rua de "bairro desprivilegiado".

Está mesmo cheio. Há um balcão com o dito pintor a facturador do lado de lá. Segue-se um empurrar de gente para atingir um quintal. Fala-se. Fala-se muito. Bater papo é passatempo. Há muito fumo e calor. Lá fora está muito fresco, nada a ver com um qualquer exotismo africano. Tem estado quase frio, aliás. A banda, cumpridora para ouvido semileigo, segue entusiasticamente. Agora com Miles Davies. "Gostas de jazz?", pergunto a um tipo conservador. "Nem por isso... Mas gosto das pessoas que gostam de jazz." O saxofonista, gordo, suado e de olhos miudinhos, dança com mulher volumosa que requebra ancas, enquanto ele a encanta distorcendo notas.

Próximo destino é o Kuhwana. Discoteca entre muitas, mais no goto que as restantes. Há momentos de verdadeira condução em picada. A porta de metal não promete. Engano. Centenas de pessoas em esquecimento de sexta à noite. Lá dentro o céu aparece, surpreendente, nos intervalos das palhotas sofisticadas.

Aqui namora-se mais do que se conversa. No Noel, estrangeiros não havia ("são desaconselhados", dizem-me). Aqui, a meu lado está, sim, um sueco, seco e alto, na casa dos 60, que é, ao que percebo, "benfeitor" no campo das artes. Entre "slows" e música africana de vários paralelos e meridianos, uma há que aos primeiros acordes põe todo o mundo louco. É o "hit" de Zaida Lhongo. Para simplificar, dizem-me que se trata da Madona moçambicana e que, em palco, "faz indecências com o respectivo marido". Prometeram-me o vídeo. Até hoje...

A política está ausente das ruas e das conversas. Quer dizer: não é o "tema", a obsessão. Aparece em jornais e nos noticiários de televisão, a TVM (Televisão de Moçambique) e RTK (um "estranho"

canal de um tal Carlos Klint, militar reformado que passa uns enlatados, vá-se lá saber porquê). Noticiários de televisão que nesta fase "pré" ainda tentam não ser descaradamente propagandísticos.

Depois vem a telenovela brasileira, da Globo, mas subproduto barato, a "Despedida de Solteiro"; ou a primeira parte do jogo Sporting-Marítimo (porque, o locutor dir-nos-á que não valeria a pena sequer ver o segundo tempo, uma vez que o resultado não se alterou nos derradeiros 45 minutos). Os portugueses estão omnipresentes através do futebol, ao contrário dos franceses, que lhes deu para andarem a restaurar e a financiar tudo o que é centro cultural.

Ser descaradamente propagandístico também só se poderia permitir a Frelimo, que tem mão na TV e jornais. A Renamo está perfeitamente desorganizada em termos de comunicação social. Há também uma "oposição" virada para a contestação da burguesia de Estado da Frelimo — agora ex-marxista e ex-muitas outras coisas que não a automanutenção no poder.

Essa "oposição" é feita por jornais que à primeira vista parecem folhas da resistência na clandestinidade: chegam via fax. Para as receber é preciso ter fax e uma assinatura. Pela manhã, a maquina cuspilha as quatro folhas. Chama-se "O Imparcial" e é dirigido por Miguel Lopes Júnior, um branco grandão, arrogante e imbuído de senso de justiça na escrita, moçambicano perto dos 50. Dependendo do ponto de vista, é louco ou boémio, apenas jornalista antipoder, ou peão secreto da Renamo. Certo é que, sem aquelas quatro folhas de fax não se sabe nada do que realmente se está a passar ou que consta estar a passar-se.

Há espectáculo na Praça da Independência, no sábado à tarde, organizado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Festeja-se o "fim do ciclo pré-eleitoral". Discurso e música. Promete. Os Ghorwane são a banda moçambicana mais famosa, popular e com maior sucesso. Gravam, para o mercado internacional, através de Peter Gabriel. Ali estão, a fazer tempo para o espectáculo, num "flat" tipo comunitário, república "peace and love". No disco e em palco, e neste caso em condições amadorísticas, são franca-

mente bons. A banda tem 10 anos, mas o seu aspecto é de garotões de ensaio de garagem.

O "comício-festa" é na praça onde um dia, lá para 1981, Samora Machel, perante uma multidão em histeria gritou, em desafio aos sul-africanos: "Que venham, que venham, mas que venham depressa!" (e eles vieram, e depressa). Samora que, em pose norte-coreana (a estátua foi lá feita), caminhante, sobre um pedestal e em tamanho natural, nos aponta para um futuro socialista, que é, na actual conjuntura, um caminho adiado pelo circunstancialismo.

Desilusão. A praça está quase vazia. O povo, essa massa colorida que decide eleições, é em número reduzido e está separado por umas cordas, lá ao longe. Um palco, onde os discursantes falam. Câmaras de TV, sempre elas, e seis filas de vips, sentados desconfortavelmente e na agonia da gravata, ao sol que decidiu aparecer, cruel. E aficarão, estáticos, de perna traçada ou de mãos em prece aconchegadas no entrepernas, umas horas. Lidos os breves e inócuos discursos, entram os artistas.

É um grupo de makwaiela, fato cinza, vinco na calça, gravata colorida, camisa lilás, luva branca e sapato branco. Têm uma tradição mineira: são homens que cantam e dançam sincronizadamente. Faltando a comparação, pode-se dizer que é um coro entre um espiritual e um "a capela" sul-africano, em visível divertimento. São cronistas humorísticos do quotidiano, dizem-me. Cantam agora "Vivas às eleições de 27 e 28 de Outubro. Viva a Comissão Nacional de Eleições".

Bastante mais tarde, atacam os Ghorwane. reacção nada. Eis que, entre a quarta e quinta música, os "vips" mais "vips" se vão. Os "vips" menos "vips" ficam. (Deduzo, pois estavam na segunda fila). E então estes arriscam uma dança, que outros não podem deixar de acompanhar. No final, temos o ministro da Justiça a dançar. Coisa de político em vésperas de eleições? Dos restantes, dançaram crianças, aparentemente felizes, acenando com sacos de plástico da CNE. ■

Partidos atraem dirigentes muçulmanos

# O Islão no Parlamento de Moçambique

PÚBLICO, 22.9.94

José Pinto de Sá,  
em Maputo

A numerosa e abastada comunidade islâmica de Moçambique está a ser cortejada pelos partidos concorrentes às eleições de Outubro. E os apelos ao votos dividiram os muçulmanos. Os do Sul aproximam-se da Frelimo, enquanto os do Norte se inclinam para um novo grupo, liderado por um filho de protestantes que se converteu à religião de Maomé.

**R**ica em número e numerário, a comunidade islâmica moçambicana vive uma fase de plena expansão embora com profundas convulsões internas. Determinados a ter assento no próximo Parlamento, os muçulmanos aparecem divididos quanto à estratégia eleitoral para Outubro. Os "indianos" do Sul já negociaram a sua presença nas listas da Frelimo, mas o voto dos makuas islamizados, no Norte, poderá reverter a favor do enigmá-

tico Pimo e do seu líder carismático, Ya-Qub Sibindy.

Face à vaga islâmica, a Igreja católica inquieta-se. Para monsenhor Joaquim Mabuiangue, "o expansionismo existe", embora não goste de lhe chamar "ameaça". O vigário da arquidiocese de Maputo acha que ainda não se pode falar de fundamentalismo em Moçambique, mas que, por este andar... Mabuiangue acredita que a expansão islâmica, "não só a nível religioso, mas igualmente económico e político", é fomentada do exterior e conta com a cumplicidade do Governo em troca de votos e fundos.

O Islão não é uma presença recente. Há 500 anos, Vasco da Gama foi encontrar um xeque governando a ilha de Moçambique e testemunhou da forte implantação do islamismo, que já então se estendia ao longo de toda a costa a norte de Sofala.

Atualmente, a comunidade islâmica constitui um quinto da população do país e ocupa sobretudo o litoral nortenho, representando a fronteira meridional do Islão na costa ocidental do Índico. Os maometanos são a esmagadora maioria nas províncias do Norte, onde vivem os makuas, a mais numerosa etnia do país, que compreende um quarto da população nacional. No Sul, ao contrário, a maior parte dos muçulmanos descende de imigrantes asiáticos. Os "indianos", ou, pejorativamente, os "monhés", constituem uma comunidade hermética e coesa, com forte sentido empresarial, que atualmente controla importantes sectores da economia e finanças.

## Sunitas e ismailitas

O islamismo moçambicano é tradicionalmente de orientação sunita, já que a pequena comunidade xiita (ismailitas) deixou o país na sua quase totalidade em 1975, por ocasião da independência. Suleiman Valy Mamede, do Centro de Estudos Islâmicos, considera por sua vez que "o Islão ortodoxo é praticado não só pelos comerciantes asiáticos e seus descendentes, que seguem a Escola Jurídica Hanifita [uma das quatro escolas jurídicas de pensamento islâmico ortodoxo], como também pelos africanos, que seguem, na maioria, a orientação xafeita, por influência remota de Zanzibar".

Apesar da sua importância numérica e económica, a comunidade islâmica viveu tradicionalmente subalternizada no contexto nacional. Até à independência, foi discretamente ostracizada pelo Estado católico; depois, foi alvo do ateísmo marxista-leninista.

Agora, face às eleições, alguns dirigentes islâmicos optaram por um compromisso com um dos grandes partidos e, após consultas, acabaram por escolher a Frelimo. O chefe de gabinete de eleições daquele partido, Mariano Matsinha, reconheceu que foi após "uma negociação" que a Frelimo incluiu personalidades islâmicas em lugares elegíveis, nas suas listas de candidatos às eleições legislativas do próximo mês.

A mais surpreendente destas candidaturas é, sem dúvida, a de Nazir Lunat, maulane ("mul-

lah") da mesquita da Polana, na lista da Frelimo por Inhambane. Filho do magnata Jacob Lunat, o maulane doou recentemente 20 milhões de meticais (cerca de 500 contos) para a campanha do partido e obteve a concessão de terrenos para a construção de novas mesquitas.

Falando, há dias, durante o culto na mesquita da Polana, em Maputo, Nazir Lunat lançou um veemente apelo à unidade de todos os seus correlegionários, afirmando: "Primeiro somos muçulmanos e só depois é que somos moçambicanos." "Os nossos irmãos na Bósnia, na Argélia, na Palestina, estão a sofrer. Somos nós que devemos estar a sofrer porque Deus é único", disse Lunat.

O maulane reagiu a um trabalho publicado no diário "MediaFax" sobre conflitos internos e lutas de facções no seio da comunidade islâmica. A investigação do jornal maputense apontava para a existência de crescentes clivagens entre negros e "indianos", por um lado, e entre "indianos" indígenas e recém-chegados, por outro.

A recente afluência de grande número de forasteiros, mormente paquistaneses tem provocado traumatismos profundos numa comunidade "indiana" tradicionalmente discreta e ordeira. Meses atrás, a polícia foi chamada a intervir para apartar uma rixa entre dois grupos de jovens na Feira Popular de Maputo. Os "indianos" moçambicanos invectivavam os seus rivais, identificando-os como "paquistaneses" e acusando-os de traficar heroína e corromper a juventude da própria comunidade.

As detenções efectuadas em aeroportos europeus confirmam o envolvimento dos "paquistaneses" no tráfico oriundo de Moçambique. A heroína, que tem inundado nos últimos anos as ruas de Maputo a preços irrisórios, seria proveniente do Paquistão, em trânsito para os mercados sul-africano e europeu.

De fora têm chegado também importantes apoios para a difusão da fé. Multiplicam-se as visitas de teólogos estrangeiros e o envio de bolseiros para países asiáticos e já foi anunciada a criação de uma universidade islâmica.

No plano político, a opção de colagem à Frelimo assumida pelos "indianos" abastados do Sul não será necessariamente seguida pelos makuas de Nampula, tradicionalmente reticentes em relação ao partido de Chissano. E

## PROTAGONISTA

### O adivinho chamou-lhe Jacob

PÚBLICO, 22.9.94

YA-QUB SIBINDY, líder do Pimo, um dos novos partidos moçambicanos, é um homem magro e de olhar penetrante, invariavelmente trajando hábitos islâmicos. Nasceu há 36 anos em Mangunde, Sofala, conterrâneo e parente de Afonso Dhlakama.

Último dos 15 filhos de uma família de agricultores protestantes, o seu nascimento tardio terá sido previsto pelo adivinho da aldeia, que lhe deu o nome de Jacob. Completado o ensino primário na missão católica local, Sibindy aderiu à guerrilha da Frelimo apenas com 16 anos, influenciado por um irmão mais velho que, no entanto, viria a ser fuzilado, em 1986, por anticomunismo.

Depois da independência, Sibindy permaneceu nas Forças Armadas, ligado à administração militar, enquanto cursava Contabilidade. No prosseguimento de uma rápida carreira, aos 22 anos, o capitão Sibindy já estava em Maputo, a chefiar a direcção de Finanças do Ministério da Defesa. Em 1982, na sequência de um processo ainda

por esclarecer, desligou-se das Forças Armadas, mas permaneceu com residência fixa em Sofala, onde se dedicou, com sucesso, à agricultura.

Naquilo que considera o acto mais importante da sua vida, Sibindy converteu-se ao islamismo em Julho de 1986, arabizando a grafia do nome para Ya-Qub e preparando de seguida a sua entrada na política.

Após os acordos de Roma, fez uma curta passagem pela Renamo, onde trabalhou na criação do departamento islâmico, antes de fundar o seu próprio partido, o Pimo, e empunhar o estandarte da luta anticorrupção. "A minha arma é a moral", proclama Sibindy.

Seja por militância no Pimo ou colagem à Frelimo, parece certo, desde já, que haverá deputados islâmicos nas bancadas do Parlamento moçambicano quando este reabrir para a primeira legislatura multipartidária. Lá para o fim do ano, se tudo correr bem. ■

José Pinto de Sá

Continua na pág. 7

# A guerra pode regressar a Moçambique?

Opinião

Nelson Sautê\*

PÚBLICO, 22.9.94

AFONSO DHLAKAMA ameaçou retirar-se (ele e a Renamo) das eleições presidenciais e legislativas, caso a comunidade internacional não cumprisse a promessa financeira que ajudaria — a viabilizar? — o seu partido político, que vive não só uma crise financeira, mas sobretudo de recursos humanos. Mais: sugeriu que eventualmente poderia propor o adiamento do sufrágio para meados de Novembro, altura em que, segundo Dhlakama, estariam reunidas as condições mínimas que exige. Joaquim Chissano refutou imediatamente semelhante iniciativa.

Este facto, aduzido às acusações anteriores do líder da Renamo, demonstra mais uma vez que Dhlakama tem protagonizado a agenda política moçambicana, que descreve actualmente a sua curva mais perigosa. Desde que se assinou o Acordo de Roma, há dois anos, que Joaquim Chissano anda a reboque. Todas as iniciativas no domínio do fazer político caseiro têm pertencido ao antigo rebelde.

Estas eleições têm que ser vistas como a caução necessária para o fim da guerra civil que ao longo de muitos anos opôs a Renamo ao Governo. Aliás, a fragilidade do processo perante qualquer ameaça de ruptura, como agora acontece com as recentes declarações do presidente da Renamo, é disso apanágio.

O italiano Aldo Ajello, representante especial de Butros-Ghali em Moçambique, foi muito sensível às preocupações de Dhlakama. Não o hostilizou. Antes pelo contrário, manifestou a sua compreensão e comprometeu-se a tudo fazer para o ajudar. Contudo, lamentou o facto de a missão das Nações Unidas (Onumoz) não ter recebido parte substancial do pacote prometido pelo Ocidente para ajudar a transformar a antiga máquina de guerra da Renamo num dispositivo de ideias políticas.

Como Dhlakama foi peremptório — isto é: ou o dinheiro ou o boicote —, o processo de paz atingiu uma crispação que até agora, depois de longos meses de labirínticas negociações, não conhecia. A posição da Renamo denuncia várias coisas. As principais: a crise que o antigo movi-

mento de resistência vive com a brutal reconversão e o receio de perder nas urnas o que havia ganho na ponta das baionetas. Por isso, o dinheiro que falta do bolo que há muito vem sendo debicado compensaria uma cúpula inquieta com o futuro. Não tenhamos ilusões: o que está em jogo em Moçambique não é o futuro de um povo deserdado, mas sim o de alguns generais e dos seus capangas.

Estas declarações do líder da Renamo, na perspectiva da vigarice política praticada por ambas as partes — esclareça-se que só a Frelimo e a Renamo ditam as regras do jogo —, deixam entrever uma actuação inteligente de Afonso Dhlakama.

A apreensão é enorme, mas não porque se receie que Afonso Dhlakama, que tem jurado que jamais regressará ao mato, mobilize as suas forças para a guerra. A ameaça reside no barril de pólvora em que nestes anos o país se transformou. Os milhares de soldados, do Governo e da Renamo, desmobilizados recentemente foram-no sem o mínimo horizonte de futuro. Há populações armadas. Existem exércitos preparados para o bem e para o mal. Mais: o maior perigo pode vir, não das eleições em si, mas de levantamentos populares — há evidentes sinais disso — que se seguirão às medidas impopulares que o próximo executivo será coagido a tomar para estancar a crise profunda em que está mergulhada a sociedade moçambicana.

Dhlakama joga muito bem com o medo instalado entre os moçambicanos. Recentemente, ao exigir o desmantelamento da Polícia de Intervenção Rápida, uma força especial muito temida em Moçambique, avisou que se tal reivindicação não fosse atendida o Governo haveria de ter que assumir as consequências disso...

Há quem vaticine o mesmo desfecho que o do processo angolano. Esta semana, um jornalista britânico, da BBC, prognosticou isso. O exagero reside apenas nas homologias que se procuram entre os dois processos... As ameaças de Dhlakama fazem parte de um jogo político no palco onde contracenam com um Joaquim Chissano menos virtuoso na praça pública. Efectivamente, ele já não tem condições de mover uma guerra que lhe permita os dividendos que a anterior possibilitou. Até porque está deslumbrado com a cidade...

A personalidade de Joaquim Chissano, diplomata e homem que joga habilmente com o enigma das suas posições, tem sido prejudicial para a própria Frelimo. Porque esta acarta uma discussão pública que urge fazer. Há acordos que são urdidos debaixo da mesa — muitas das reivindicações de Dhlakama foram e têm sido consideradas —, mas não há a coragem de assumir estes mesmos compromissos. É o caso do Governo de Unidade Nacional. Muitos dos cargos e das mordomias estão já determinados. As declarações de Dhlakama e Chissano não passam de uma farsa que os dois se comprazem em encenar.

Isto não afasta as sombras que pairam sobre o processo. A desconfiança é muito grande. Este medo tem que ver com o exorcismo que a sociedade não teve possibilidade de fazer. Os crimes praticados tanto pelo Governo como pela Renamo tornam esta paz onerosa, pois que um dos preços mais altos é o silêncio. Porque, a qualquer momento, o paiol em que este país se transformou pode explodir. ■

\* escritor moçambicano

Continuação da pág. 6

## O Islão no Parlamento de Moçambique

se é verdade que os "indianos" contam muito, em termos de dinheiro, não é menos verdade que a componente negra terá um peso bastante significativo nas eleições, em número de votos.

O Pimo espera encontrar ali terreno fértil para o seu militantismo religioso em prol da moralização do país. Oficialmente, a sigla quer dizer Partido Independente de Moçambique, mas os seus detractores garantem que ela apenas disfarça a etiqueta islâmica proibida, já que a Constituição em vigor não autoriza a existência de partidos tribais, raciais ou religiosos.

O líder do Pimo, Ya-Qub Sibindy, assume-se como muçulmano praticante, mas nega que o

seu grupo seja um partido islâmico. Para ele, trata-se antes de um partido de todas as religiões unidas em redor do lema "Paz, Moral e Progresso", para combater a imoralidade na sociedade moçambicana.

A proposta não teve eco no campo cristão. O encontro de Sibindy com o cardeal-arcebispo de Maputo não produziu qualquer aliança e a Igreja distancia-se em absoluto do Pimo, embora reconheça que os seus apelos à moralização e à justiça social são susceptíveis de sensibilizar certos eleitores cristãos. No entanto, e apesar das declarações de Sibindy, para a opinião pública, o Pimo é um partido islâmico. ■

Moçambique em ambiente de campanha

# “Chissano-mício”

Do nosso enviado, Luís Pedro Nunes, em Nampula

*Chissano de gravata, Chissano de “t-shirt”. Em gravata é sóbrio e sucinto. Em “t-shirt” é populista. A Frelimo deu o pontapé de saída da campanha no Norte, em Nampula, com tradução em língua makua. Prometeu muito, puxou dos galões do seu passado e do partido, que até é a causa da sua felicidade conjugal. “Viva o camarada Presidente candidato a Presidente”. Eis a “evolução na continuidade”.*

PÚBLICO, 23.9.94

**E**m horas e horas de discursos, foi praticamente a única vez que se ouviu falar nos opositores: “Partidos destruidores? Zil, Partidos que ameaçam a guerra? Zil Frelimo? Hoye! Chissano? Hoye!” A Frelimo começou a sua campanha eleitoral em Nampula, a uns bons mil 500 quilómetros a norte de Maputo, dando o seu primeiro “show-mício”, todo estruturado na personagem de Joaquim Alberto Chissano, esforçado para estar à vontade, de “t-shirt” e boné, entre a multidão.

Mas às nove da manhã, quando chegou ao palácio presidencial de Ponta Vermelha, em Maputo, a pose era ainda a do Presidente da República Popular de Moçambique. Autoridades locais à espera, na pista do aeroporto, debaixo da sombra da asa de um Antonov. Cartazes — “Viva Papá Chissano”, “As mulheres adoram-te” — mais centenas e

centenas de populares alinhados: grupos de canto makua, danças makuas, tanto que o som de uns embrulhava-se nos gritos dos outros. Eis o Presidente Chissano que daqui a pouco será o candidato Chissano. “Eu não fui trabalhar porque quando vem Presidente não se trabalha”, disse um dos “anónimos” presentes, com apoio de outros, empunhando o símbolo da Frelimo.

Em machibombos, carrinhas, a pé e em corrida, lá segue o povão, em cores de festa. Para o Cinema Moçambique está marcado o discurso de abertura. Lá dentro estão nampulenses escolhidos a dedo. Nampula é a província mais populosa do país, cabem-lhe 53 dos 250 deputados. E, acima de tudo, é uma incógnita quando se fala de intenções de voto. E bem que o camarada secretário provincial exorta a província a ser o “detonador, que contamine o país para uma vitória da Frelimo, do Rovuma a Maputo”.

É a vez de Chissano. Em 20 minutos e num estilo sóbrio, marca as linhas mestras do que vão ser os discursos posteriores: foi a Frelimo que começou a luta pela independência, foi a Frelimo que assinou a independência. “O compromisso foi cumprido”. Depois fala do ciclo da miséria, fome e doença. E promete que conseguirá vencê-lo, porque Joaquim Chissano, dos tempos de Eduardo Mondlane a Samora Machel até aos dias de hoje, quando promete... Hoye! A Frelimo encomendou a uma empresa brasileira um perfil dos descontentes e indecisos. Agora, Chissano, quando discursa, a todos toca, um a um: professores mais alegres, prometo ajudar a intelectualidade das cidades, respeitar as autoridades tradicionais, apoiar os combatentes, artistas, religiosos, desportistas”. Mais: as listas de deputados da Frelimo têm quarenta por cento de jovens com menos de 35 anos, muitas mulheres, 82 por cento nunca foram deputados; é o que Chissano chama “evolução na continuidade”.

Era hora de seguir para o “show-mício”, perto da estação de caminhos de ferro. O arvoredo a prometer sombra, a banda a tocar, barracas de bebidas, entre as quais uma zurrapa de morango da “Fábrica de Cervejas de Lourenço Marques”, e palhota do bingo. Velhos com ar digno, raparigas makuas de fama comprovada em beleza e arranjo, sempre na galhofa e gargalhada em grupo, polícia e soldados de ar pouco amistoso com funções de arrumar o pessoal.

Chissano sem o fato nem gravata vai falar. E falou. Quase duas horas, no bom estilo africano. E com tradutor em língua makua. É o mesmo discurso do cinema mas simplificado, aumentado, e cheio de recheio populista. “Setembro é um mês importante. Foi em Setembro de 1962 que começou a luta armada; foi em Setembro de 1974 que assinámos a independência; foi em Setembro, fez ontem 25 anos, que casei com Marcelina”. Delírio após a tradução em makua. “E porquê somos felizes? Não é por acaso. É por causa da Frelimo, que ensina o que é a família”.

Antes de fazer “Zi” (que quer dizer “está calado, vai abaixo”) aos partidos destruidores, prometeu respeitar a oposição e a imprensa livre. Depois correu e dançou entre a multidão, ao pô suor, calor e apertão.

Um português há 30 anos em Nampula, quando a cidade ainda era o quartel-general das tropas portuguesas, não acredita nesta aparente normalidade. Está pessimista. Não fugiu na independência, sequer. Mas agora vai para o Malawi com a família antes das eleições. “Férias por tempo indeterminado”. Exagero, não? “É que eu percebo a língua makua, o que agora é raro nos brancos que aqui estão, e costume ouvir o que eles dizem se perderem as eleições...”

A cidade, essa, sem o circo de campanha, parece esquecida, de ruas esburacadas, montes vazias. Sempre foi uma quase frente de combate. Ac longe parece escondida entre os enormes bananais. ■

[A Renamo preferiu começar a campanha eleitoral em Quelimane, Zambézia. O correspondente do PÚBLICO em Maputo, José Pinto de Sá, no local, não conseguiu enviar a reportagem, por total ausência de meios técnicos.]

## Feiticeiros, brasileiros, portugueses e “monhés”

PÚBLICO, 23.9.94

“A VIRTUAL totalidade da população ouve e acata as recomendações dos curandeiros” e os consultores da Frelimo avisam que “eles podem ser levados a coagir o eleitor” a votar na oposição.

Curandeiros, chefes tradicionais e líderes religiosos, outrora perseguidos, não seriam de fiar, segundo um estudo sobre públicos-alvo, realizado pelos consultores brasileiros do partido governamental. “Eles têm de ser recuperados por um discurso sincero e discreto, de ‘mea culpa’.”

Os conselheiros da Frelimo desconfiam igualmente dos moçambicanos de origem asiática e portuguesa. Para eles, os “moçambiqueses” são “pau de dois bicos”. “Somar-se-ão aos originários para pleitear favores do Governo e associar-se-ão, com facilidade, aos investidores estrangeiros, preferindo as suas bandeiras às nacionais.”

A linguagem mais violenta vai para os “indianos”, pejorativamente chamados “monhés”, que são descritos como “mais traficantes que comerciantes” e considerados “oportunistas” e “conservadores”, que “tenderão a financiar gregos e troianos, optando, finalmente, pelo lado mais forte”.

“A sua prioridade é a segurança e o máximo possível de ‘laissez-faire’”, lê-se no estudo, trazido a público na sexta-feira pelo semanário “Savana”. Importantes documentos para uso interno da Frelimo foram passados nas últimas semanas à informação independente e publicados com destaque pelo grupo de imprensa MediaCoop e pelo diário “Imparcial”.

A reabilitação da imagem do partido é recomendada junto dos 30 mil veteranos da guerra colonial, que, segundo o documento, “se sentem donos do país, porém abandonados pela elite da Frelimo”. Quanto aos 100

mil veteranos da guerra civil, tanto os do Governo como os da Renamo são classificados como “muito vulneráveis e potencialmente desestabilizadores”.

Professores e enfermeiros são apontados como “presa fácil da oposição”, enquanto médicos, intelectuais e artistas são considerados “críticos construtivos” e bastante seguros. Os consultores reconhecem que os 90 mil funcionários do Estado estão “insatisfeitos”, mas que, “por uma questão de segurança”, optarão pelo partido no poder.

O estudo revela que o Governo vai encorajar os administradores de empresas públicas, estatais e intervencionadas a assumir maior participação no âmbito do controverso processo de privatizações. Os consultores garantem que eles “tenderão a ser eleitores fiéis à Frelimo”. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

# Chissano e Dhlakama em batalha eleitoral

Empresas de «marketing» político ajudam os dois principais candidatos

EXPRESSO, 24.9.94

**REFINALDO CHILENGUE**  
correspondente em Maputo

SEGUINDO à risca os ancestrais ensinamentos moçambicanos, segundo os quais filho bem educado não se atira a um desafio antes de venerar os antepassados, Joaquim Chissano, líder da Frelimo, o partido no poder em Moçambique, e seu candidato à Presidência da República, passou a noite de terça para quarta-feira junto dos seus em Malehiça, na província de Gaza, sua terra natal. Na quinta-feira de manhã, partiu para Nampula, círculo eleitoral que escolherá o maior número (53) dos 250 deputados da futura Assembleia da República de Moçambique, de onde lançou a sua campanha eleitoral com vista às primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias, às quais também concorrem mais 11 partidos, duas coligações e 11 candidatos à sucessão de Joaquim Chissano no palácio da Ponta Vermelha, a Presidência da República de Moçambique.

Afonso Dhlakama, líder da Renamo, fez o seu primeiro «disparo» no mesmo dia em Quelimane, capital da província da Zambézia, que, juntamente com Nampula, congrega 40 por cento dos potenciais eleitores, razão pela qual se tornam áreas de forte disputa entre os principais partidos políticos.

«Presidente da República, Joaquim Chissano», «Frelimo — O Futuro Melhor» e «Presidente, há só um Dhlakama e mais nenhum. Vota Afonso Dhlakama, viva a vitória», são os principais «slogans» na presente caça ao voto. Um e outro cartaz dos pequenos partidos é visível, aqui e acolá, sem, pelo menos nesta primeira fase, suscitar grande interesse dos moçambicanos, sem cultura eleitoral.

«Só quero que nos deixem em paz, queremos curtir o nosso belo país que mal conhecemos porque andámos privados de viajar nos últimos 16 anos. Que ganhe o melhor e os

perdedores aceitem os resultados», comentou Feliciano Guambe, um serralheiro de 30 anos, natural de Inhambane e residente em Maputo, depois de se deter para uma leitura dos cartazes da Frelimo e da Renamo colocados a par num muro do popular bairro da Mafalala, arredores da capital moçambicana.

## Armas escondidas com canos de fora

Este desejo parece ameaçado, se se tiver em conta que estão ainda por localizar esconderijos de armas da Renamo e que existem indicações segundo as quais a Frelimo/Governo também possui arsenais secretos mesmo no centro de Maputo, para além dos já descobertos e neutralizados pela ONU.

Jerónimo Malagueta, brigadeiro na reserva e destacada figura da delegação da Renamo na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) do Acordo Geral de Paz, afirma que a lista dos esconderijos de armas do antigo movimento rebelde está nas mãos das Nações Unidas, e pisteiros seus estão prontos a acompanhar os «capacetes azuis» para a sua recolha. O EXPRESSO tentou sem êxito obter de uma fonte governamental em Maputo um comentário sobre a eventual existência de armas escondidas em três armazéns no centro da capital, nomeadamente na Avenida Amílcar Cabral, e nos arredores, em dois quartéis de Magoanine.

Segundo as nossas fontes, nestes campos sob comando directo do Presidente da República — onde estão aquartelados elementos da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) e que há dias foram objecto de vigilância invulgar da Polícia das Nações Unidas (CIVPOL) — estarão escondidas «elevadas quantidades» de material de guerra, «incluindo mais de 50 blindados do tipo BTR, alguns pintados de branco, para uso durante ou depois das eleições».

As mesmas fontes castrenses acrescentaram que «outros dois carros de com-

bate, aparentemente provenientes da África do Sul, chegaram dia 30 de Agosto à noite à Casa Militar».

## Os dois e os outros

«Nós avançamos com o jogo da democracia para honrar os nossos compromissos mas cientes dos riscos que corremos. Evitaremos a provocação de falar das destruições e mortes durante a guerra; usaremos um discurso de reconciliação», sintetizou Domingos Adjira, conselheiro de Afonso Dhlakama, representante da Renamo no Canadá e assistente do chefe da campanha deste partido, John Sithole, falando sobre como o seu partido irá conduzir a campanha eleitoral.

«Estamos a trabalhar duro», diz por seu turno, com um rasgado sorriso, Leonardo Simão, chefe-adjunto do poderoso Gabinete de Imprensa do estado-maior da campanha eleitoral da Frelimo, instalado na impressionante sede da organização, situada na zona alta de Maputo.

Graças aos relativamente abastados e multifacetados meios de que dispõe, a Frelimo — com o apoio do consórcio brasileiro-moçambicano de «marketing» político Vox Populi e Afrovox — e a Renamo — assessorada pela Documentos e Eventos, Comunicações e Imagens, pela ZOOM-Cinema, Magazine e Televisão e pela Desenvolvimento Organizacional de Marketing e Publicidade — não se poupam a esforços.

Quanto aos «outros», com algumas excepções, a braços com falta de experiência e escassez de quadros e meios, vão fazendo o que podem. A Aliança Patriótica, coligação

formada pelo Movimento Nacionalista Moçambicano (Monamo) e pela Frente da Acção Patriótica (FAP), liderada por Máximo Dias, arranca hoje com a sua campanha na Matola, arredores da capital moçambicana.

Alguns ainda «estão a estudar» ou «só para a semana» é que começarão as respectivas campanhas. Tais são, por exemplo, os casos do Partido Independente de Moçambique (Pimo) de Yá-Qub Sibindy e do Partido do Congresso Democrático (Pacode), de Vasco Campira Alfazema Momboya e da Frente Unida de Moçambique (Fumo).

Também concorrem a estas eleições, para além da União Democrática — um agrupamento de três pequenos mas radicais partidos com simpatias pela Renamo —, a União Nacional Moçambicana (Unamo), de Carlos Reis, o Partido do Progresso do Povo Moçambicano (PPPM), de Kamati Andrea, o Partido da Convenção Nacional (PCN), de Luterio Simango, o Partido Democrático de Moçambique (Pademo), de Wehía Ripua, o Partido Social-Liberal e Democrático (SOL), de Casimiro Nhamithambu, o Partido Renovador Democrático, com uma direcção colegial de três elementos.

Nas presidenciais, para além de Joaquim Chissano (Frelimo), Afonso Dhlakama (Renamo), Domingos Arouca (Fumo) e Máximo Dias (Monamo), concorrem ainda Wehía Ripua (Pademo), Casimiro Nhamithambu (SOL), Carlos Reis (Unamo), Yá-Qub Sibindy (Pimo), Padimbe Kamati Andrea (PPPM), Vasco Campira Momboya (Pacode) e os independentes Carlos Jeque e Mário Machel.



ASSINE JÁ

LIGUE 531-2000  
RAMAL 259

Moçambique: Renamo inicia campanha em Quelimane

# Amadorismo e entusiasmo

José Pinto de Sá,  
em Quelimane

PÚBLICO, 24.9.94

AFONSO DHLAKAMA iniciou, na quinta-feira à noite, a sua campanha em Quelimane, capital de Zambézia. Muito depois da hora prevista, o líder da Renamo foi recebido por milhares de simpatizantes entusiasmados, que devem tê-lo feito esquecer as graves dificuldades organizativas da sua máquina partidária local.

Na "segunda capital do país", como ele costuma chamar-lhe, o dirigente da oposição depa-rou com uma multidão avaliada em dez mil pessoas, que o aguardaram sem arredar pé durante horas, dado o programa da visita estar muito atrasado. Na placa do aeroporto, grupos de bailarinos dançaram sob um sol inclemente ao ritmo dos tambores, entoando canções dedicadas ao seu líder.

Dhlakama percorreu

num jipe aberto os cinco quilómetros que separam o aeroporto da cidade, acompanhado pela multidão em corrida, até ao estádio do Sporting local, onde teve lugar um comício. Problemas técnicos na instalação sonora causaram novos atrasos. Os organizadores acusaram as autoridades municipais de terem cortado o fornecimento de energia eléctrica ao recinto desportivo de modo a sabotar o comício, mas a acusação foi rejeitada em absoluto.

Foi de megafone em punho que, finalmente, Dhlakama iniciou o seu discurso, depois de apresentado ao público pelo cabeça de lista da Renamo para a Zambézia, o sociólogo David Alone. O líder da Renamo começou a sua alocução lamentando o atraso, cuja responsabilidade atribuiu ao Governo da Frelimo.

Nada vai ser como dantes

O avião de Dhlakama esperou durante uma hora antes de poder descolar do aeroporto de Maputo, que foi encerrado ao tráfego, dando prioridade ao Boeing que levava Joaquim Chissano e a sua comitiva para Nampula. Chissano chegou ao aeroporto de Maputo de limusina, escoltado pelas motos dos bateadores presidenciais, e teve direito à passadeira vermelha até à porta do avião. Dhlakama acusou o seu concorrente de utilizar uma vez mais honras de chefe de Estado a favor da sua candidatura e

prometeu levar o caso a tribunal eleitoral.

Apesar de tudo, o entusiasmo não esmoreceu. Quando Dhlakama disse "a democracia já chegou", a multidão respondeu em uníssono: "Já chegou!" Dhlakama repetiu a frase,

mas desta vez cantando. E foi a cantar que milhares de vozes lhe responderam também. Mas a maior ovação eclodiu quando Dhlakama afirmou que "o salário de um trabalhador não chega para comprar um saco de arroz".

Numa região potencialmente rica, mas cronicamente esquecida nos planos de governação, as palavras do líder da Renamo encontraram um eco impressionante. Dhlakama prometeu soluções para os problemas quando o seu partido chegar ao poder, embora não especificasse mais. Foi categórico, sim, ao afirmar: "Nada voltará a ser como dantes, independentemente dos resultados do escrutínio. A Frelimo pode até ganhar as eleições, mas nunca mais vai abusar de vocês. Acabaram os fuzilamentos, a lei da chicotada e os campos de reeducação." ■

PÚBLICO, 24.9.94

## Um ferido grave

PELO MENOS um ferido grave é o resultado de incidentes envolvendo quinta-feira apoiantes da Frelimo e da Acção Patriótica (AP), na Matola, arredores do Maputo, no primeiro dia de campanha eleitoral em Moçambique. Segundo a Rádio local, o incidente deu-se depois de três membros da AP terem colado cartazes no local onde a Frelimo realizava um comício. Simpatizantes dos dois partidos envolveram-se em discussão e agrediram-se mutuamente, le-

vando à intervenção da polícia, que teve que fazer disparos de intimidação.

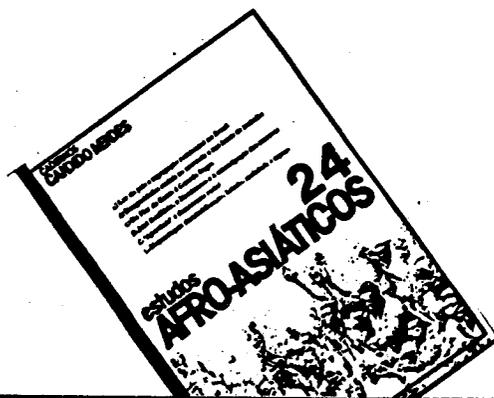
Entretanto, a União Europeia decidiu enviar uma missão de 202 observadores dos doze Estados membros e dos quatro futuros às eleições moçambicanas. O grupo terá a designação EUMOZ e Portugal, de quem partiu a iniciativa, vai financiar 30 observadores, para além de outros 14 que envia para a ex-colónia, no âmbito da Missão das Nações Unidas. A UE tem contribuído para o processo de paz moçambicano com apoio técnico e material para o processo eleitoral e reintegração de desmobilizados, refugiados e deslocados de guerra. ■

## Guerra em Angola

A UNITA anunciou ontem que as tropas do Governo angolano bombardearam Caluquembe e Cacomba, na província de Huíla, Sul de Angola, matando e ferindo cerca de 100 pessoas. A rádio do movimento rebelde fala também de combates em Benguela, Oeste do país, onde teria infli-

do 25 mortos ao exército de Luanda. A rádio governamental, por seu turno, disse que a UNITA atacou em vários pontos do Kwanza Sul, província fronteira a Benguela. Uma fonte militar em Luanda, citada pela Lusa, diz que o movimento de Jonas Savimbi está a concentrar forças e a descarregar armamento em Andulo, Norte do Bié, para tentar conquistar o aeroporto do Cuito. ■

PÚBLICO, 22.9.94



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

# Arrastamento das negociações de paz

PÚBLICO, 24.9.94

UMA PRIMEIRA versão do projecto de Protocolo de Lusaca será, este fim-de-semana, submetido ao Presidente angolano e ao líder da UNITA pelos negociadores de ambas as partes, que, ontem à tarde, seguiram, respectivamente para Luanda e Huambo.

Inicialmente, o mediador condicionava estas consultas à aprovação do funcionamento e da sigla do órgão substituído da CCPM (a extinta Comissão Conjunta Político-Militar que fiscalizou os acordos de Bicesse), bem como a sua articulação com a futura "missão de paz" (UNAVEM III) da ONU que supervisionará todas as fases do Protocolo de Lusaca, o que apenas acontecerá no decorrer da próxima semana.

Até ontem à tarde, altura em que os negociadores deixaram Lusaca para onde regressarão segunda-feira, aprovaram-se apenas as atribuições e a composição daquele órgão, do qual, em definitivo, não participará, como sugeria a UNITA, a comunidade católica italiana de Santo Egidio.

De fonte da delegação governamental, o PÚBLICO apurou que o futuro contingente de mais de sete batalhões da UNAVEM III estará baseado em Luanda e vai desdobrar-se por seis regiões do país, designadamente Cabinda, Negage, Saurimo, Menongue, Lubango e Huambo.

E a agenda negocial, que estaria concluída nos próximos dias, depois de o Governo indicar os 30 municípios e 75 comunas para a UNITA, vai arrastar-se ainda mais, uma vez que os seus negociadores querem exercer o direito de escolha a nível do poder local. "Muitos destes municípios não sabemos se existem e onde se localizam", atirou Jorge Valentim, o

porta-voz da UNITA. Nos meios próximos das duas delegações admite-se que estes números sejam aumentados, mas Luanda receia, sobretudo, que a abordagem desta questão deixe campo de manobra para o adversário fazer regressar à mesa das negociações a velha "maka" da governação do Huambo.

E que, apesar da UNITA ter aceite por escrito, no passado dia 6, a oferta da mediação sobre a sua participação nos diferentes níveis de administração do Estado, existirá um pacto secreto que permite uma última reavaliação do problema do Huambo para o fim das discussões.

## Arranjo à Mandela?

Em aberto permanece, ainda, o tão especulado estatuto a atribuir a Jonas Savimbi, uma reivindicação que, propositadamente, a UNITA "deixou cair" para depois da assinatura do acordo de paz, colocando Luanda numa posição delicada. Esta, disse ao PÚBLICO a mesma fonte governamental, preferia que o "estatuto de Savimbi ficasse resolvido em Lusaca", avisando que "após a assinatura do acordo não vamos permitir que ele [Savimbi] ande pelo país com um exército privado com a desculpa de não possuir garantias de segurança".

Nunca, como agora, a palavra "garantia" foi tão esgrimida, o que já permitiu aos negociadores contornar alguma da obsessão mútua com que analisam os problemas de segurança. De acordo com a fonte citada, os dirigentes da UNITA (inicialmente cerca de 70) disporão cada um de dois guarda-costas, até à altura em que muitos deles assumirão pastas governamentais, retomem ao Parlamento (70 depu-

tados) e os oficiais superiores regressarem às Forças Armadas unificadas. A guarda pessoal destes 50 elementos que abandonarão a política partidária gozará do estatuto de agente policial, sabendo-se de antemão que os seus efectivos serão recrutados entre os soldados das FALA (exército da UNITA).

O líder da UNITA, por seu lado, teria à sua disposição um mínimo de 20 seguranças. Mas, tratando-se de uma questão demasiado sensível, o "caso Savimbi" passará por corredores diplomáticos de alto nível, envolvendo sobretudo os presidentes da África do Sul e da Zâmbia, quando o Governo escolher o momento certo para "o derradeiro gesto de reconciliação, acenando-lhe com o cargo de vice-Presidente. Embora esta fosse uma decisão susceptível de abrir brechas na aparente coesão do Comité Central dos "camaradas", nos meios afectos à chamada "ala reformista" do MPLA diz-se que é impossível permanecer indefinidamente à margem do "pacote negocial" (a oferta da vice-presidência aos líderes da oposição) já ensaiado com sucesso no Zimbábue e na África do Sul.

De uma só cajadada, Luanda "matava dois coelhos": por um lado, deixava Savimbi numa posição insustentável perante a comunidade internacional, e, por outro, sosegava os EUA, que têm insistido junto do Governo para a necessidade de um "reajustamento étnico" do poder de Angola. A concretização deste cenário, conduziria, inevitavelmente, ao "acantonamento político" de Savimbi, sendo muito provável que, a surgir esse convite, ele decline a favor de um dos seus "delfins". Mas, tanto num caso como noutra, a actual Constituição do país seria revista para introduzir a figura de vice-Presidente, o que o Governo

apenas faria com a presença de todos os deputados da UNITA na Assembleia Nacional.

## Americanos afastariam Savimbi e dos Santos

O novo figurino político que se desenha no pós-Lusaca adiará as eleições legislativas previstas para 1996, ficando de igual modo anulada a segunda volta das presidenciais. A alegada existência de um plano norte-americano que afastaria Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos da liderança dos seus partidos, cedendo lugar a novas gerações e, no caso deste último, renunciaria também à chefia do Estado, foi já vigorosamente desmentida pelo Gabinete do Presidente angolano.

Este, disse uma fonte próxima do Presidente, apenas abandonaria após cumprir pelo menos um mandato na condição de "Presidente legitimamente eleito por todos os angolanos". O que espera venha a acontecer quando, em finais de 1977, as Nações Unidas confirmarem a realização de novas eleições.

Seria a vingança histórica que Eduardo dos Santos reservaria a Savimbi, após o desaire eleitoral de há dois anos. Só que, avisado por Washington para o risco de "uma humilhação", ninguém acredita que algum dia o líder da UNITA volte a apresentar-se nas urnas. Mas isso também só seria possível se, em definitivo, o Governo vivesse costas aos discretos apelos da UNITA para um "pacto de coabitação" que, segundo Jorge Valentim, "pode durar 10, 20 ou mais anos. Todo o tempo que o Governo quiser". A vontade dos angolanos é o que menos contaria, em nome de uma eterna reconciliação. ■

Aguiar dos Santos,  
em Luanda

## SUPA contestada em Luanda

EXPRESSO, 24.9.94

A SUPA, a companhia de distribuição de capitais portuguesas e espanholas sediada em Portugal e responsável pela gestão do único hipermercado existente em Angola — o Angoy e Francas —, poderá vir a ser beneficiada com 30 por cento das acções da empresa angolana, uma operação que está a provocar uma verdadeira «guerra» entre influentes «lobbies» de Luanda.

Segundo uma fonte do Ministério do Comércio, em causa está a possibilidade de essa participação no capital social da Angoy-Francas — detido pela OBC, com 49 por cento, e pela SOGEC, uma empresa ligada ao MPLA, com 51 por cento — poder vir a ser atribuída àquela firma ibérica sem a abertura de um concurso público. Vários empresários angolanos estão na disposição de protestar junto do gabinete do primeiro-ministro, Marcolino Moco, contra a suposta falta de transparência deste processo.

«Só aceitarei as alegadas dificuldades de tesouraria avançadas para justificar a entrega administrativa dessas acções à SUPA desde que se abra um caderno de encargos e que o fundo mercantil necessário ao pleno giro comercial seja garantido por ela sem qualquer apadrinhamento do fundo cambial do Estado», afirmou ao EXPRESSO um empresário angolano.

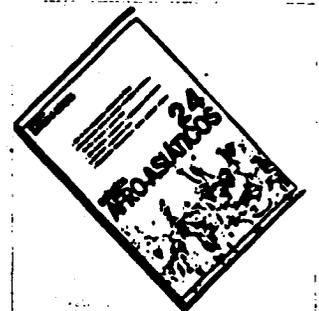
Os protestos contra a operação de cedência de capital da Angoy-Francas aumentaram depois de agentes económicos terem denunciado que algumas empresas estrangeiras estão a transformar, a preços irrisórios, os dividendos contraídos pelo Estado angolano em investimento estrangeiro, num novo tipo de negócio escuro que poderá envolver responsáveis do sector de investimento

estrangeiro.

Os empresários angolanos argumentam que a pretensão da SUPA de se apropriar da Angoy-Francas ganhou corpo a partir da altura em que começou a gerir a empresa angolana. «Não se pode admitir que se transforme uma sociedade de quotas em sociedade anónima com acções ao portador e nominativas, ambas convertíveis, sem a transparência que seria exigível», defende um antigo alto funcionário da OBC.

Completamente descapitalizada, os empresários angolanos, segundo apurou o EXPRESSO, protestam ainda pela forma como os escritórios da Angoy-Francas foram cedidos à Azinor, uma empresa pertencente ao maior grupo de negociantes indianos em Angola.

GUSTAVO COSTA  
correspondente em Luanda



estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

A.  
ASS.  
ASSINE  
ASSINE A.  
ASSINE ASS.  
ASSINE ASSINE.

# Disputas na família real abalam reino dos zulus

EXPRESSO, 24.9.94

MILHARES de zulus brandindo lanças e escudos estão hoje reunidos na África do Sul para os festejos em homenagem ao rei-guerreiro do século XIX, Shaka. Mas esta comemoração poderá decidir o futuro de uma luta épica pelo poder na monarquia que ele fundou.

A luta pela liderança dos zulus eclodiu há poucas semanas, entre o actual rei, Goodwill Zwelithini, e o chefe Mangosuthu Buthelezi — um homem que, ironicamente, há anos protagonizou a figura do feroz fundador da tribo, Shaka, num filme épico de Hollywood. As tensões que há muito se avolumavam entre o chefe e o seu rei culminaram com a tentativa resoluta de Zwelithini de se livrar do controlo que Buthelezi exercia sobre ele há mais de duas décadas como seu crónico «primeiro-ministro».

O desejo de autonomia do rei Zwelithini em relação a Buthelezi começou a manifestar-se em Abril, com a transição da África do Sul para o regime maioritário. A nova Constituição dissolveu obantustão zulu, o KwaZulu, que era governado pelo chefe Buthelezi e que perdeu o controlo sobre o salário do rei, cujo pagamento passou a ser feito directamente pelo Governo de coligação de Nelson Mandela.

O rei Zwelithini, cada vez mais rebelde à autoridade do chefe, enfureceu o «ex-patrão» quando se espalhou a notícia de que tinha convidado o Presidente Mandela para os festejos do Dia de Shaka que hoje decorrem, sem ter antes obtido a aprovação do chefe Buthelezi.

Para cúmulo, o rei fez-lhe ainda outra afronta ao convidar um príncipe, associado ao ANC, para uma reunião durante a qual consta que lhe terá dirigido um convite para assumir as funções de «conselheiro real», em substituição de Buthelezi.

O nível da confrontação subiu no fim-de-semana passado, quando, aparentemente, Buthelezi decidiu responder da mesma forma ao rei por ocasião de outra festa tribal, a «Reed Dance». Todos os anos, mais de quatro mil donzelas zulu seminuas, abanando juncos como símbolo da sua virgindade, marcham no «kraal» real para prestar homenagem ao rei polígamo, que por vezes escolhe uma delas para se juntar à sua série de esposas. O festival deveria ter lugar na sexta-feira da semana passada e esperava-se que o chefe Mangosuthu Buthelezi assistisse na qualidade de «primeiro-ministro».

Mas mais de mil dignitários, incluindo o chefe, não apareceram naquilo que parecia vir a ser um desafio organizado. Cerca de mil virgens, de tangas transparentes, passaram o dia esperando em vão pelo rei. O acontecimento acabou por ser adiado 24 horas e, no dia seguinte, diversos dignitários do ANC sentaram-se na tribuna de honra.

## Mandela apedrejado

Na segunda-feira, ao tornar-se claro que uma crise real se estava a intensificar no reino zulu, o Presidente Mandela deslocou-se de helicóptero ao «kraal» do rei para uma reunião de emergência com o Zwelithini e Buthelezi. A crise agravou-se quando jovens zulus, alegadamente membros do partido de Buthelezi — o Inkatha Freedom Party — apedrejaram o helicóptero de Mandela e o «kraal».

Os três líderes terminaram a reunião com um acordo em que se estipulava que Mandela não assistiria às cerimónias do Dia de Shaka, com a justificação de que houvera uma confusão no protocolo. Mas o rei ficou num estado de fúria devido ao lançamento das pedras, que considerou ser um ataque traiçoeiro contra a monarquia.

Foi convocada uma reunião com as figuras-chave da família real, que terminou com o anúncio da anulação das comemorações do Dia de Shaka e de que o rei não voltaria a encontrar-se com Buthelezi. Este reagiu ao seu claro despedimento insistindo que o Dia de Shaka iria para a frente como planeado.

O decorrer das celebrações de hoje é assim considerado como um teste ao apoio popular de que dispõem o rei e o chefe.

O resultado desta luta pelo poder é crucial, não só para a sobrevivência da monarquia zulu mas para a carreira política do chefe Buthelezi, tido como um dos políticos negros mais poderosos da África do Sul.

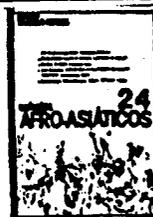
Sendo descendente directo de Shaka pelo lado da mãe, há gerações que a família de Buthelezi desempenha o cargo de chefe conselheiro da monarquia. Este cargo tradicional é considerado a base do poder de Buthelezi, permitindo-lhe reclamar-se como representante do nacionalismo-zulu.

DAVID BERESFORD  
correspondente  
em Joanesburgo



O Rei Zwelithini numa das últimas sessões do parlamento KwaZulu, em Março, com o tio Buthelezi em 2º plano

ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN  
ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN  
ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN  
ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN



ASSINE ASSINE  
SINE ASSINE  
E ASSINE  
ASSINE  
SINE  
E

# A tentação liberal de Mandela

A administração sul-africana redobra esforços para consolidar a sua credibilidade internacional. As privatizações chegam à ordem do dia

EXPRESSO, 24.9.94

DAVID BERESFORD  
em Joanesburgo

O NOVO Governo sul-africano está a demonstrar o seu empenho na política de mercado livre, acalentando esperanças de que o país possa finalmente produzir o milagre económico que o continente africano tanto precisa. Nas últimas semanas, a Administração de Nelson Mandela tem vindo a enunciar um posicionamento quase herético em política económica, pelo menos em termos dos «imutáveis» princípios socialistas advogados pelo ANC antes da libertação.

Uma das primeiras indicações da abordagem do Governo surgiu no início deste mês, quando o ministro do Comércio e Indústria, Trevor Manuel, cortou repentinamente direitos de importação sobre os veículos motorizados em mais de 35 por cento. Os cortes radicais nas tarifas que protegem a indústria automóvel sul-africana, altamente ineficaz, tinham sido acordados no âmbito do GATT, mas as reduções do ministro foram ainda maiores que as exigidas pelo acordo.

O súbito anúncio, a coincidir com o clímax na longa greve nacional da indústria automóvel, levantou ondas de protesto dos sindicalistas negros, que vêem a medida com uma ameaça ao emprego. Trevor Manuel e outros ministros foram convidados, passados uns dias, a comparecer na conferência anual do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu), a mais poderosa federação sindical da África do Sul, para se explicarem.

O ministro do Comércio apareceu na defensiva, admitindo que o momento do anúncio tinha sido «infeliz». Mas, por entre apologias, o ministro e os seus colegas deixaram claro que o Governo não iria ceder face às opiniões sindicais.

O ministro-adjunto das Finanças, Alec Erwin, foi particularmente duro, dizendo que as exigências feitas na conferência quanto à abolição do IVA nos produtos alimentares não ajudaria os pobres — o que só seria conseguido pelo aumento da produtividade. Erwin, ele próprio antigo dirigente sindical, indicou ainda que o Governo estava a encarar a privatização das empresas estatais não rentáveis.

Não passaram muitos meses desde a altura em que o ANC e a Cosatu ameaçavam conjuntamente desencadear uma greve geral caso o Governo de De Klerk não anulasse o IVA. E quando o ANC foi legalizado, há quatro anos, a nacionalização era uma profissão de fé do movimento de libertação, sendo a palavra «privatização» encarada como uma obscenidade política. Mas quase tão espantosa como as declarações dos ministros foi a reacção dos sindicalistas: mal se levantou um murmúrio de protesto.

O ministro-adjunto aprofundou a matéria esta semana, informando uma subcomissão parlamentar que a privatização teria que ser encarada «seriamente» como forma de reduzir o endividamento do Governo. Acrescentou que os departamentos governamentais tinham sido instruídos no sentido de listarem as participações estatais a fim de ser avaliada a produtividade das empresas.

Sublinhou também a determinação do Governo em conter a despesa pública. «Logo que vejamos despesas excessivas, enviamos uma equipa de avaliação e tomamos medidas drásticas para as limitar», disse, admitindo sem recato que isso tornava «os ministros das Finanças muito impopulares».

As medidas económicas drásticas que têm vindo a ser adoptadas pela Administração Mandela envol-



vem perigos óbvios se não conseguirem responder às expectativas de melhoria das condições de vida da população negra na África do Sul pós-«apartheid». Mas esta austeridade económica está a ser equilibrada pela determinação em reconstruir a sociedade sul-africana.

O Plano de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP), administrado por um antigo secretário-geral da Cosatu, Jay Naidoo, está a assumir um significado quase mítico tanto dentro como fora do Governo. Não se conhece ainda toda a amplitude do plano, mas Naidoo tem espiolhado abertamente os orçamentos ministeriais em busca de fundos para financiar programas que incluem cuidados de saúde alargados para os pobres, escolaridade gratuita, urbanização e saneamento, redistribuição de terras (a expropriação tem sido cuidadosamente evitada) e esquemas ambiciosos de criação de emprego.

O RDP, como é popularmente conhecido, está a tornar-se uma espécie de altar patriótico, com alguns

políticos conservadores a aderirem ao cortejo para oferta de sacrifícios. O entusiasmo dos brancos pela causa da reconstrução parece derivar, pelo menos em parte, de um sentimento de culpa colectiva pela anterior exploração da maioria negra.

As esperanças de um futuro melhor estão igualmente a ser incentivadas pela crescente tomada de consciência de quanto eram incompetentes os governos do Partido Nacional na administração da economia sul-africana, deixando escoar a riqueza natural da África do Sul pelo dreno do «apartheid».

O grande combate do Governo de Mandela será fazer face a esta herança — como a recente descoberta de que o anterior regime endividara o país em 15 mil milhões de rands para manter os quatro cantões «independentes» à tona de água.

Se for bem sucedido, será uma curiosa ironia, tendo em conta as advertências dos anteriores governantes nacionalistas de que um governo de maioria equivaleria a ruína económica.

# No Dia de Shaka, Buthelezi divide e apela à unidade

PÚBLICO, 25.9.94

*Buthelezi conseguiu reunir cerca de dez mil apoiantes para as celebrações do Dia de Shaka, canceladas pelo rei Goodwill Zwelithini no início da semana. Mas, apesar deste desafio à autoridade do monarca, o líder do Inkhata fez um discurso apelando à unidade dos zulus. Até aqui a violência foi evitada. Hoje continuam as celebrações.*

O líder do partido zulu sul-africano Inkhata, Mangosuthu Buthelezi, desafiou ontem o rei dos zulus e seu sobrinho, Goodwill Zwelithini, ao falar para uma multidão de cerca de dez mil pessoas reunidas para as celebrações do Dia de Shaka, que tinham sido canceladas pelo rei no início da semana.

"Penso que o dia do rei Shaka não deve ser usado para nenhuma disputa política ou para um partido marcar pontos", afirmou Buthelezi aos seus apoiantes junto do monumento à memória do rei Shaka, na cidade de Stanger — a antiga capital do reino zulu, fundada por Shaka em 1826 sob o nome de Dukuza e onde este soberano foi assassinado em 1828. As festividades em honra de Shaka (o rei que há 170 anos reuniu as tribos ngunis na nação zulu), decorreram entre apertadas medidas de segurança e, enquanto o líder do Inkhata discursava, centenas de polícias e membros da Força de Defesa Nacional Sul-Africana armados patrulhavam o centro desta cidade, na província do Kwazulu-Natal.

Durante os dias que antecederam o fim-de-semana, e depois do rei Goodwill ter decidido suspender as celebrações alegando estar a ser ameaçado por

partidários do seu sobrinho, receou-se que o Dia de Shaka e o desafio de Buthelezi pudessem desencadear uma onda de violência entre os zulus. Mas ontem, a polícia anunciou que não se registaram incidentes de maior por todo o Kwazulu-Natal, embora não seja de excluir que ainda se venham a verificar confrontos entre os apoiantes do Inkhata e os partidários do rei Goodwill. Até porque as celebrações prosseguem hoje, com mais uma cerimónia presidida por Buthelezi, desta vez em Kwamashu, também no Natal.

## "Sem mim já não havia monarquia"

No texto do discurso, que foi distribuído antecipadamente à imprensa, Buthelezi declara-se um partidário da existência de um realeza zulu "exterior aos partidos políticos", mas sublinha que o seu sobrinho Goodwill Zwelithini está em dívida para com o Inkhata. "Sem o Inkhata e sem eu próprio, a monarquia estaria hoje destruída", diz, explicando que se tivesse cedido às pressões para abandonar o seu papel de homem forte à frente do Kwazulu, "a monarquia não seria nada hoje".

Buthelezi, com os ombros cobertos pela tradicional pele de leopardo, conseguiu discursar sem problemas e no final a multidão dispersou pacificamente, com muita gente a dirigir-se para os autocarros ou táxis, sob o olhar vigilante dos polícias e soldados. Mas, minutos antes, o líder do Inkhata não resistira a provocar o seu sobrinho — que na passada terça-feira o demitiu do cargo de primeiro-ministro da casa real zulu, cortando todas as relações com ele —, afirmando que as celebrações deste ano do Dia de Shaka foram as maiores dos últimos 40 anos.

"O rei Shaka foi um unificador do povo. Seria errado usar estas comemorações para dividir as pessoas em vez de as unir", disse Buthelezi, entre os aplausos dos presentes, a maior parte envergando trajes tradicionais zulus, com peles de leopardo, lanças e escudos. Apesar deste discurso unificador, ao entrar em "guerra" contra o seu tio, Buthelezi está de facto a contribuir para a divisão dos zulus, o

maior grupo étnico da África do Sul.

Responsáveis regionais do Congresso Nacional Africano (ANC), do actual Presidente Nelson Mandela, salientavam ontem isso mesmo: "Ao desafiar a ordem do rei ele está a lutar contra a unidade zulu. Só uma pessoa pode unir todos os zulus, e essa pessoa é o rei", afirmou o porta-voz do ANC Dumisani Makhaye. "O comício de hoje é do Inkhata, não é a celebração do Dia de Shaka. Ele está a usar esta ocasião para o Inkhata e o que diz é o oposto do que está a fazer", acrescentou Makhaye.

O parlamentar do ANC Blade Nzimande tem a mesma opinião: "Se ele está a apelar à unidade dos zulus, porque razão transforma as festividades do Dia de Shaka num acontecimento do Inkhata e faz subir a temperatura política na província, usando ameaças contra o Presidente em particular?". O ANC, que era tradicionalmente o movimento rival do Inkhata entre a população negra sul-africana, apelou aos seus membros para se manterem afastados das celebrações de ontem e hoje.

Mas o ANC não é um espectador inocente do conflito entre Buthelezi e Goodwill e os analistas são unânimes em considerar que o movimento de Mandela será beneficiado pelas divisões entre os zulus. Por outro lado, os responsáveis do Congresso Nacional Africano receiam a enorme instabilidade que um conflito no Kwazulu Natal inevitavelmente provocaria em todo o país. A situação naquela província tem estado mais calma desde as eleições com uma nítida diminuição da violência numa região onde nos últimos dez anos mais de 15 mil

pessoas morreram em consequência da rivalidade entre o ANC e o Inkhata.

## Goodwill protegido pelo Exército

As divergências entre o rei zulu e o seu tio agravaram-se na altura das eleições sul-africanas, quando Buthelezi tentou conseguir do ANC o reconhecimento constitucional do "reino" zulu, ameaçando com a secessão. Só que o ANC e Mandela "contornaram" esta exigência, dialogando directamente com Goodwill, ao qual prometeram um papel semelhante ao dos reis europeus quando entrasse em vigor um dispositivo constitucional definitivo.

A crise entre os dois homens chegou ao ponto de ruptura no início desta semana porque, no dia em que o monarca zulu recebia o Presidente Nelson Mandela na sua residência de Nongoma, o Inkhata organizava uma manifestação no exterior da casa. O rei não gostou de estar a ser pressionado e afastou imediatamente Buthelezi das funções de conselheiro tradicional, anulando ao mesmo tempo as celebrações do Dia de Shaka. Em consequência, Goodwill está desde quarta-feira sob a protecção das Forças Armadas sul-africanas, por receio quanto à sua segurança pessoal.

Alguns observadores consideram que o rei foi manipulado numa intriga anti-Inkhata ou anti-Buthelezi, explica o enviado da agência Lusa a Stanger, enquanto outros são de opinião que se trata de uma estratégia do próprio líder do Inkhata, que estaria a apostar no seu prestígio junto dos sectores mais militantes do movimento para um braço-de-ferro que, a vencer, o traria para a actual posição secundária no quadro político sul-africano.

M-4548  
E-91229

JUTHA.